

HISTÓRIA E LITERATURA: UM DIÁLOGO POSSÍVEL?¹

Silvera Vieira de Araújo - UFCG²

Silveravieira@hotmail.com

Orientadora: Manuela Aguiar Araújo de Medeiros UEPB

Pensar a literatura enquanto prática cultural por atuar na produção de sentidos no mundo e ao mesmo tempo representar as formas de pensamento, sentimentos e valores que perpassam a experiência humana, tem justificado a crescente relação entre a narrativa literária e os estudos históricos.

Desta forma, ao percebermos a literatura enquanto discurso, devemos enfatizar o papel da linguagem na significação e constituição do mundo que representa e que, segundo Falcon *é a própria linguagem que constitui e constrói os mundos reais, a partir da comunicação intersubjetiva entre os diferentes grupos de usuários.* (FALCON 2000. p.48). Desta forma, pretende-se entender o discurso literário como prática que determina a historicidade dos enunciados. Ou seja;

Trata-se de compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de sua situação; de determinar as condições de sua existência, de fixar seus limites da forma mais justa, de estabelecer suas correlações com outros enunciados a que pode estar ligado, de mostrar que outras formas de enunciação exclui. Não se busca, sob o que está manifesto, a conversa semi-silenciosa de um outro discurso: deve mostrar por que não poderia ser outro, como exclui qualquer outro, como ocupa, no meio dos outros e relacionado a eles, um lugar que nenhum outro poderia ocupar. A questão pertinente a uma tal análise poderia ser assim formulada: que singular existência é esta que vem à tona no que se diz e em nenhuma outra parte? (NAVARRO, & SARGENTINI. 2004. p.162-163).

Considera-se a produção literária enquanto discurso que mantém uma estreita relação com jogos de poder e saber, quando aquilo é tomado como verdade em um

¹ Este trabalho constitui o primeiro capítulo da Monografia de conclusão do Curso em História da UEPB, intitulada “O Quinze” na perspectiva da pesquisa e do ensino de história” apresentada em dezembro de 2006 sob a orientação de Manuela Aguiar Araújo de Medeiros.

² Atualmente estou elaborando a dissertação intitulada “ A construção da higiene e estética de Campina Grande (1930-1960) junto ao PPGH-UFCG, sob a orientação do professor Iranilson Buriti de Oliveira, financiada pela CAPES.

determinado contexto histórico está ligado ao sistema poder, que atua na legitimação deste saber. Neste contexto, o poder é para Foucault, algo que determina o que é verdade ou não em uma época específica. Este poder tem efeito na construção de subjetividades ao atuar na formação de uma verdade sobre o sujeito, sendo micro-poderes que se estende a todo campo social em múltiplas direções. A relação entre poder e saber pode ser entendida, quando se percebe que toda produção do saber envolve uma vontade de poder, a constituição de saberes ao longo dos tempos tem significado o reconhecimento por parte de seus pares e demais membros do corpo social e; tal reconhecimento gera uma relação de poder neste contexto social.

A linguagem literária é inserida na perspectiva de formação discursiva que segundo NAVARRO, & SARGENTINI.(2004, p.164) é um conjunto de relações estabelecidas entre instâncias de emergência, de delimitação e de especificação [onde] desenvolve maneiras particulares de formação de objetos dispersos.... Evidencia-se a formação discursiva a partir de discursos que em um determinado contexto, constrói o objeto a qual analisa. Por sua vez, este discurso é formado por enunciados, que são elementos constitutivos do discurso e se caracterizam por apresentar signos que mantêm uma relação de significância com o objeto concreto a qual se refere, e que segundo o mesmo autor há numerosas relações entre esses enunciados, baseados em jogos de diferenças, de desvios, de substituições, de transformações. Isso por que esses enunciados são mutáveis ao longo dos tempos. As relações entre formações discursivas e enunciados permitem definir o conceito de prática discursiva que pode ser entendida como conjunto de regras históricas que são definidas no tempo e no espaço. Neste contexto, é possível considerar as relações de poder e saber que constitui a produção do discurso literário e, como nos lembra Foucault:

Em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certos de número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temida materialidade.(FOUCAULT. 1998.p.8-9)

Assim, é preciso ver a obra literária como produto discursivo, que produz significados sobre o mundo, a partir das subjetividades e dos interesses de seus produtores e não lê-la como a “verdade” sobre algo. É necessário problematizar a obra, questionar o autor, lugar social de produção, o seu momento histórico para perceber o que está silenciado e descobrir porque alguns sentidos são ocultados. A literatura, então, passa a ter entre as definições possíveis o que Eagleton comenta;

Ela não constitui uma entidade estável, resulta do fato de ser notoriamente variável dos juízos de valor. [Pois] não existe uma obra ou tradição literária que seja valiosa em si, a despeito do que se tenha dito, ou se venha a dizer, sobre isso... (EAGLETON, 2001. p. 15-16).

Eagleton aponta algumas questões quanto à idéia generalizante que considera toda linguagem especial e estranha como literária. E nisto pontua as subjetividades que perpassam o discurso literário, assim: *A definição de literatura fica dependendo da maneira pela qual alguém resolve ler, e não da natureza daquilo que é lido.* (Idem, p.11). Desta forma, o autor ressalta que os elementos constitutivos desse saber como a rima, a métrica, a sintaxe, as técnicas narrativas contribuem para entendermos a construção do texto, da obra *não como linguagem, mas como discurso com perímetros claramente codificados* (VALDÉS. 1996. p.138). O estudo da literatura, então, se fundamenta na percepção da relatividade do seu conceito uma vez que em muitos momentos sua definição fica a critério do público e/ou instituições que reconhecem ou não seu caráter literário já que;

Os juízos de valor que a constituem são historicamente variáveis e que esses juízos têm, eles próprios, uma estreita relação com as ideologias sociais. Estes se referem, em última análise, não apenas ao gosto particular, mas aos pressupostos pelos quais certos grupos sociais exercem e mantêm o poder sobre os outros. (EAGLETON, 2001, p.22).

Considera-se que não se pode definir objetivamente a literatura sendo móvel, seu conceito na medida em que os juízos de valor apregoado pelo público leitor e instituições são variáveis. E está relacionada com as condições históricas, ideologias sociais e subjetividades do leitor. A linguagem assim como a literatura não se limita a si mesma, ela pode vir a ser ressignificada a partir do momento que lemos e há, assim, uma troca intersubjetiva com o receptor. A literatura é discurso, é construção e muitas vezes *aquilo que é comunicado no acontecimento do ato discursivo não é a experiência vivida do falante, mas o seu significado* (VALDÉS,1996. p. 139). Desta forma, perceber a literatura enquanto discurso é fundamental, pois entra em debate a construção do texto, da obra que passa a ser organizada *não como linguagem, mas como discurso com perímetros claramente codificados* (Idem, p.146). O signo lingüístico, então, passa a ser percebido como um emaranhado de redescrições entre leitor e texto e que é necessário perceber essa construção literária não como um ambiente emocional da

experiência humana, mas como um *reservatório de significado compartilhado* (Id.Ibid.p.149). O texto e o leitor têm dimensão histórica.

A historicidade do texto implica uma tensão relacionada com a historicidade do leitor. Como discurso, ele é linguagem escrita endereçada a alguém sobre alguma coisa. Assim, em sua referência fendida entre referências internas e externas existe a inegável dialética da base histórica do texto e a base individualizada do leitor. (Id. Ibid. p.156).

Jonathan Culler ao discutir sobre literatura dá destaque à linguagem quando a produção desta *coloca em primeiro plano a própria linguagem: torna-a estranha.* (CULLER. 1999. p.35) Uma linguagem muitas vezes organizada a partir dos ritmos, sintaxe, sons, rimas. A literatura, então, passa a ser entendida como uma integração da linguagem *na qual os diversos elementos e componentes do texto entram numa relação complexa.* (Idem, p.36). Neste sentido a construção lingüística contribui para discutirmos o que vem a ser a ficção na literatura: um debate que na visão de Culler é percebida quando *as obras literárias se referem a indivíduos imaginários e não históricos* (CULLER, 1999.p.37). Assim os personagens construídos na narrativa literária emitem visões de mundo que estão relacionadas às inquietações e subjetividades de seus produtores, que por sua vez cria a partir de elementos poéticos, significações sobre os objetos reais a quais se refere. Nesta perspectiva, cabe ao leitor decifrar essas teias de significações.

O papel do leitor na literatura é o que tem sido menos analisado, pois se estuda muito o autor e o texto, assim Eagleton(2001:102-103) comenta que: *são processos de significação que só se materializam na prática de leitura. Para que a literatura aconteça, o leitor é tão vital quanto o autor.* Desta forma, passamos a estudar de que forma uma significação da obra literária é atribuída pelo leitor e que segundo Chartier(2001:67) *pode misturar o controle e invenção, pode articular a imposição de um sentido e a produção de novos sentidos.* Pontua-se que embora o autor já tenha posto na obra um sentido, um significado o leitor atua na construção de novos sentidos ao fazer interpretações diversas, ou seja, o leitor não é um sujeito passivo ao que está posto. O leitor recorre ao conhecimento de seu contexto social para decifrar os códigos presentes no texto e ao mesmo tempo correlaciona esse conhecimento do social com certos códigos e convenções de leitura. Consideram-se, então, as crenças, os valores pessoais, as visões de mundo que interferem na forma como o leitor se apropria do texto elaborando novos sentidos e/ou decodificando significados elaborados pelo escritor.

Assim, a literatura como construção intertextual ou auto-reflexiva nos mostra que *ler algo como literatura é considerá-lo como um evento lingüístico que tem significado em relação a outros discursos.* (EAGLETON, 2001, p.40) Ou seja, sua interpretação está relacionada ao conhecimento e/ou análise de um contexto histórico, da construção discursiva, das instituições que a legitimam como literária, da participação dos leitores. *Atrás do sistema acabado, o que a análise das formações descobre (...) é uma espessura imensa de sistematicidades, um conjunto cerrado de relações múltiplas* (AQUINO, 1999. p.25).

Literatura, então, é ruído da cultura assim como sua informação. É uma força entrópica assim como um capital. É uma escrita que exige uma leitura e envolve os leitores nos problemas de sentido.(CULLER.1999.p.47). É um produto cultural que atua na fabricação de valores que são circulados no meio social a partir do uso que se faz deste. Michel Foucault nos apresenta também uma versão possível sobre literatura e nisto comenta que:

Esses signos pelos quais cada palavra, cada frase indica que pertencem à literatura, é o que a crítica recente chama, desde Barthes, de escrita. A escrita faz de toda obra como que uma pequena representação, algo como modelo concreto da literatura. Ela detém a essência da literatura, mas dá ao mesmo tempo sua imagem visível, real. (FOUCAULT.2001. p.146)

A partir disto, o autor demonstra que o discurso literário pode ser entendido como escrita que produz significações sobre o objeto real. A literatura é entendida enquanto discurso que se configura como *práticas, que formam sistematicamente os objetos de que eles falam.* E que, segundo Machado esses discursos construídos são construídos a partir de signos *para designar coisas* (MACHADO, 2001,p.19). Desta forma, como estudar essa relação entre história e literatura? Percebemos que no plano epistemológico existem aproximações e distanciamentos. Isso porque ambas se apresentam como discursos possíveis sobre o mundo social, mas se diferenciam quanto às estratégias discursivas utilizadas: pois a literatura prioriza em sua narrativa o uso da ficção, enquanto que a história embora se utilize de elementos fictícios em narrativa, observamos que esta ficção é controlada pelo uso de métodos, fontes e documentos. Isto porque, a história mantém um pacto de “verdade” com o leitor. Visualizar o discurso literário enquanto prática cultural que atua na representação do mundo social se faz pertinente como fonte de investigação histórica, pois a história como nos fala Jenkins.

(...) Constitui um dentre uma série de discursos a respeito do mundo. Embora esses discursos não criem o mundo (aquela coisa física na qual aparentemente vivemos), eles se apropriam do mundo e lhe dão todos os significados que têm. O pedacinho do mundo que é o objeto (pretendido) de investigação da história é o passado. (JENKINS.1999, p.23)

Tendo neste contexto a idéia de história como discurso que atribui significados ao mundo social podemos evidenciar seu diálogo com a literatura e perceber como são móveis as fronteiras que separam as duas práticas discursivas.. A literatura percebida no romance, poesia, crônica, prosa, cordel etc. é tida como fonte histórica na medida em que responde às questões formuladas pelos historiadores tais como: Por quem foi produzida? Qual a finalidade de sua produção? Para quem está se dirigindo? Qual o seu momento histórico? De que forma nos ajuda a compreender a história de outras épocas?

Portanto, a literatura na produção histórica resulta da percepção que esta atua na construção de representações sociais historicamente localizadas e que comumente contribui para a construção de valores, visões de mundo. Assim, tanto a literatura quanto à história são textos que constroem fatos que são interpretados, selecionados pelo escritor. Assim, Aquino coloca o historiador como um ficcionista, trazendo para a produção desse discurso questionamentos no que diz respeito à causalidade, o privilégio de alguns fatos, recortes, limites, desníveis, deslocamentos... Prática que também se percebe na literatura.

Assim, a proposta em *abrir as estruturas para descontinuidades temporais, para as mudanças que regulam os deslocamentos num jogo incessante das práticas discursivas* (NAVARRO & SARGENTINI. 2004. p.20) será um dos pontos para esses saberes em questão. A pesquisa histórica e literária tem pontos em comum nas narrativas discursivas, pois são *construtos lingüísticos, altamente convencionalizados em suas formas narrativas; e nada transparentes em termos de linguagem ou de estrutura; e parecem ser igualmente intertextuais, desenvolvendo os textos do passado com sua própria textualidade completa* (AQUINO. 1999. p.22). Uma elaboração discursiva que as coloca em um ponto comum de análise, de pesquisa já que a investigação histórica coloca o historiador, segundo Paul Veyne, no lugar de um romancista ao tecer um enredo. Assim, o narrador literário seleciona quais fatos receberão maior relevância assim como o narrador histórico que organiza seu conhecimento histórico a partir de algumas escolhas. Ivânia Aquino ao comentar sobre

essa atividade da pesquisa histórica, relaciona-a com a literatura no momento que percebe as lacunas, as ausências que o narrador traz para ambas.

O interesse do livro de história não está nas teorias e receitas que produz, mas na naturalidade dessa narrativa histórica quase literária. Ela não é ciência, é arte (...) de como se expõe e se encadeia a reflexão do historiador. A partir de suas evidências é que se produz a arte de seu trabalho. A arte da intriga está em tornar claro o complicado. (AQUINO. 1999.p.25).

A elaboração do enredo, das imagens selecionadas, da narrativa tanto do historiador quanto do literato traz a desterritorialização de alguns paradigmas estabelecidos historicamente e um deles o da literatura como espaço da essência pura. A literatura representa um momento histórico e a idéia de representação se configura como um dos elementos centrais postulado pela história cultural que demarca a virada epistemológica da história no sentido de compreensão do mundo social. Passamos a estudar os discursos, imagens, ritos, signos, instituições produzidas pelos homens em sociedade para conferir sentido à sua existência e ao mundo que o cerca. Assim, as construções simbólicas que são práticas discursivas e imagéticas que permeiam as manifestações culturais produzidas pelo homem, no âmbito da história trazem o debate sobre o papel do historiador que não consegue recuperar o passado em sua totalidade, mas apenas fragmentos destes algo enfatizado por Jenkins ao comentar:

Dependendo dos olhos e da voz de outrem; vemos por intermédio de um intérprete que se interpõe entre os acontecimentos passados e leitura que deles fazemos(...). No entanto, o ponto de vista e as predileções do historiador ainda moldam a escolha do material, e nossos construtos pessoais determinam como o interpretamos. O passado que conhecemos é sempre condicionado por nossas próprias visões, nosso próprio presente. (JENKINS. 1999.p.32-33).

Concebe-se, então, que o historiador não represente o passado em sua totalidade por que os vestígios que chegam até ele são filtrados pelas visões de mundo de quem os produziram e o que este pode fazer é interpretar esses filtros a partir de seu lugar social, de suas vontades de verdades. Isso demonstra a fragilidade epistemológica da história que não mais se apresenta como espaço de enunciação de “verdades” como postulava os metódicos. Assim, a quebra da idéia de conhecimento objetivo da história será importante na reafirmação entre os historiadores da concepção de representação semelhante a (...) *estar no lugar de é presentificação de um ausente; é um apresentar de novo, que dá a ver uma ausência. A idéia central é, pois, a da substituição, que recoloca uma ausência e torna possível uma presença. (PESAVENTO. 2003. p.40).*

Desta forma, estudamos o conceito de representação como construções de formas simbólicas expressas por meio de danças, músicas, desenhos, discursos entre eles o literário que estabelecem uma relação de significação com o objeto representado e não uma cópia fiel do objeto. Claro que as representações presentes na literatura resultam de processos de exclusão, reconhecimento, identificação e etc. Isso por que o escritor exclui algumas visões de mundo e a participação do leitor também é percebida a partir do momento que ele reconhece o que está sendo representado. Assim, entender a literatura como uma representação de uma prática cultural é percebê-la como território de lutas, pois cada grupo social tenta enunciar um discurso e isto resulta na exclusão dos saberes de outro grupo social, e como nos fala Bourdieu:

São objectos (sic) de representações mentais, quer dizer, de actos (sic) de percepção e de apreciação, de conhecimento e de reconhecimento em que os agentes investem os seus interesses e os seus pressupostos, e de representações objectais(sic), em coisas (emblemas, bandeiras, insígnias, etc.)ou em actos(sic), estratégias interessadas de manipulação simbólica que têm em vista determinar a representação mental que os outros podem ter destas propriedades e dos seus portadores. (BOURDIEU.2005, p.112)

É interessante observar que a literatura é também manifestação cultural, que faz produzir e faz circular no contexto social, discursos e imagens que tende a constituir os objetos concretos os quais se referem. Estas representações contidas na produção literária circulam no universo social e tem seus significados modificados de acordo com o uso que se faz do texto. Assim, cada leitor tem uma maneira de interpretar e atribuir sentido uma obra. Considera-se, que essas representações constituem forças geradoras de práticas sociais, justamente por que são manifestações simbólicas que remetem a processos cognitivos de reconhecimento.

Neste contexto, o discurso é focalizado no âmbito das representações, pois se elabora uma idéia de região, ou seja, uma construção baseada na cumplicidade entre os membros de uma comunidade, um reconhecimento de pertencimento àquele grupo social. Enunciam-se conceitos que ganham aspectos de veracidade por serem reconhecidos mentalmente. Isso por meio de imagens e discursos que dão visibilidade ao objeto representado. Esses espaços de cristalizações de discursos resultam de lutas entre os grupos sociais que buscam estabelecer seus laços de identidades na oposição ao outro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AQUINO, Ivânia Campigotto. Literatura e história em diálogo: um olhar sobre Canudos. Passo Fundo: UPF, 1999.

CHARTIER, Roger. A história cultural: entre práticas e representações. Tradução; Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1982.

_____. Cultura Escrita, literatura e história: Conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anaya, Jesus Anaya Rosique, Daniel Godim e Antônio Saborit, _ Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

CULLER, Jonathan. Teoria Literária: Uma Introdução. Tradução Sandra Vasconcelos. _ São Paulo: Beca Produções culturais Ltda., 1999.

EAGLETON, Terry. Teoria Literária: Uma introdução. Tradução Waltensir Dutra. 4º ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FALCON, F. J. C. História e Representação. IN: CARDOSO, C. F, e MALERBA, J. (orgs.). Representações: Contribuições á um debate transdisciplinar. Campinas: Papyrus:2000.

FOUCAULT, Michel. Linguagem e literatura. IN: . Foucault, a filosofia e a literatura./ Roberto Machado/ Rio de Janeiro: Jorge Zaher Editora, 2001

_____. A ordem do discurso. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. 5º ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

JENKINS, Keith. A História Repensada. São Paulo: Contexto, 1999.

MACHADO, Roberto. Foucault, a filosofia e a literatura. Rio de Janeiro: Jorge Zaher Editora, 2001.

NAVARRO, Pedro & SARGENTINI (orgs). Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade. São Carlos: Claraluz, 2004. P. 100.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História & História Cultural. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

QUEIROZ, Rachel. O Quinze. 45° ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1991.

VALDÉS, Mário J. Paul Ricoeur e a teoria literária. In: BITTENCOURT, Gilda Neves da Silva. Literatura Comparada. Porto Alegre: Sagra: DC Luzzatto, 1996. p. 138